

## CARTA ABERTA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

À senhora

**Aldenir Gomes**

Movimento dos Sem Terra - MST/MA

Prezada senhora,

Vivemos um momento de muitas dificuldades para avançarmos na melhoria da questão agrária brasileira, e conseqüentemente, maranhense. Para além da insuficiência de recursos para atender as ações que favoreçam as famílias já assentadas como a oferta de créditos, execução de obras de infraestrutura, assistência técnica, educação no campo, os recursos para desapropriação de terra são praticamente inexistentes em 2024.

O presidente Lula sempre teve um olhar atento para a questão agrária. Em seus dois primeiros mandatos (2003-2011) criou 3.653 ou regularizou projetos de assentamentos nas diversas modalidades e assentou mais de 614 mil famílias, foi o governo que mais assentou famílias na história do Brasil. Em 2003, primeiro ano do primeiro mandato, criou 320 PA's, em 2023 primeiro ano do terceiro mandato criou ou reconheceu 30 PA's, PE's ou Territórios Quilombolas. Embora essa quantidade seja maior do que o somatório dos três primeiros anos do governo Bolsonaro (2019-2021), não alcança 10% da quantidade de assentamentos criados em 2003.

### **Será que o presidente Lula nos abandonou?**

No Maranhão, em 2023, foi criado 1 (um) projeto de assentamento e reconhecidos 3 (três) projetos de assentamento do estado e 12 (doze) territórios quilombolas estaduais, totalizando 15 reconhecimentos de áreas para pequenos produtores rurais/quilombolas e uma criação de assentamento para atender ao todo 645 famílias. Quantia que representa 24% do número de famílias beneficiadas no estado no ano de 2003.

### **Será que o presidente Lula nos abandonou?**

Desde 2013, o orçamento do Incra vem reduzindo, e de 2016 em diante as quedas foram drásticas. Excluindo o montante para pagamento das despesas obrigatórias (pessoal, luz, água, contratos de vigilância, entre outras), sobra o orçamento para as despesas discricionárias. Esse valor é usado para desapropriação de áreas, créditos para fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf), infraestrutura dos assentamentos.

Em 2004 a quantia que sobrou para as despesas discricionárias foi aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, correspondendo à 1,5 vezes a mais do que o valor de 2003 de quase R\$ 1 bilhão. Já o orçamento do ano de 2023, excluindo as despesas obrigatórias, foi de apenas R\$ 256 milhões, o menor dos últimos 20 anos. Em relação ao ano de 2024, a quantia que restou do orçamento para cobrir gastos

com despesas discricionárias é de R\$ 567 milhões, correspondente à 22% do orçamento de 2004, isso sem considerar a inflação.

Como é possível executar a Política Nacional de Reforma Agrária, ou seja, desapropriar novas áreas, conceder créditos de instalação e fomento e dar condições para que as famílias já assentadas, que soma em torno de 1 milhão, melhore sua produção, moradia, comercialização, entre outras ações (educação no campo, infraestrutura, assistência técnica) que garantam a permanência no assentamento com apenas R\$ 567 milhões?

### **Será que o presidente Lula nos abandonou?**

Essa é uma situação que deveria preocupar a todos os integrantes da sociedade brasileira. Pois, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), a segurança alimentar do Maranhão vem sendo gravemente comprometida em virtude do aumento das áreas com produção de soja, milho e eucalipto, ou seja, produção para exportação. Em 1990, o Maranhão ocupava 64% de sua área destinada à lavoura temporária com plantios de feijão, arroz e mandioca, enquanto em 2021, somente 11% dos hectares plantados são ocupados com essas culturas. A perda foi de 82%. Por outro lado, a soja e o milho ocuparam 84% da área em 2021.

Outro grave problema brasileiro é o aumento dos conflitos no campo que envolvem disputas por terra, água e ou trabalhista, conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT - 2002, 2012 e 2022). No confronto dos dados dos anos de 2022 com 2002, as ocorrências na região Nordeste aumentaram em 81%, e o estado do Maranhão vem contribuindo decisivamente para esses elevados registros. Em 2012, o número de ocorrências foram 122% maior do que em 2002, saindo de 83 registros para 184. Em 2022, foram registradas 225 ocorrências. No comparativo de 2002 e 2022, o aumento foi de 171%. E enquanto em 2002 não foram registrados assassinatos no meio rural maranhense, em 2012, 27% das ocorrências do Nordeste foram registradas no Maranhão e em 2022, 43%. Já com relação as tentativas de assassinatos, o Maranhão foi palco de 75% das ocorrências do Nordeste, em 2022.

A partir de poucos dados, é possível compreendermos que a Política de Reforma Agrária, é fundamental, tanto para garantir a segurança alimentar, como para fazer uma melhor distribuição da terra e por ajudar a manter a preservação ambiental. Uma vez que, o Maranhão tem apenas 34% de sua área dentro do Bioma Amazônia, mas até 2022, mais de 20% dessa área foi desmatada (Inpe, 2023). Mas para isso, é preciso que o Incra, que é a instituição responsável pela execução do Programa de Reforma Agrária na esfera federal, tenha respaldo governamental e que esses governantes se comprometam com o real objetivo da Autarquia.

No entanto, como reflexo da falta de prioridade para a Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) os salários dos funcionários do Incra apresentam enorme disparidade em relação às outras carreiras do Poder Executivo, a exemplo do salário inicial do analista do órgão que corresponde à

aproximadamente 60% dos salários pagos aos funcionários da Funai e do Ibama. Além disso, estamos sem concurso há mais de 10 anos, com um quadro de servidores reduzidos e vários na lista de aposentadoria.

É preciso, urgentemente, fortalecer o PNRA e as ações que favoreçam a agricultura familiar, uma vez que ela é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam às casas brasileiras, como feijão, arroz, milho, leite, batata, mandioca, (IBGE, 2024).

Devemos caminhar para alcançarmos melhores condições sociais e produtivas para os pequenos produtores rurais, assentados e quilombolas. Medidas que democratizem o acesso à terra são imprescindíveis, nesse caso, vale salientar as disputas territoriais que os quilombolas enfrentam no Maranhão, como ocorre em Alcântara, e isso somente é possível solucionar com interesse estatal e o revigoração do PNRA .

Desse modo, é indispensável que o PNRA tenha ações e recursos que ajudem o trabalhador rural e sua família a se manter na terra. Mas isso depende das ações governamentais garantindo que o Incra e seu quadro de funcionários tenham condições salariais e de infraestruturas adequadas para avançar na melhoria da questão fundiária brasileira. Na cidade não cabe todos e nem atende todas as funções sociais, como é o caso da produção alimentos e garantir a segurança alimentar dos brasileiros. E preciso que a terra seja cultivada por aqueles que desejam permanecer no meio rural e isso não é possível sem um olhar atento dos Poderes que integram o Estado brasileiro.

O presidente Lula precisa atentar-se novamente para a Política de Reforma Agrária que é essencial para a inclusão social, dignidade da vida no campo, autonomia do pequeno produtor rural, redução da concentração fundiária e da pressão social nas cidades. Chega de exclusão! O Brasil tem 851 milhões de hectares, e somente, 10% dessa área integra o Programa Nacional de Reforma Agrária.

Com base no exposto, convidamos os movimentos sociais rurais maranhenses e do país a integrarem essa luta pelo restabelecimento da Política de Reforma Agrária no Brasil, cujo principal reflexo é a redução da desigualdade social, desconcentração fundiária e inchaço urbano. Esse restabelecimento passa pela reconstituição do quadro de pessoal da instituição, condições dignas salariais e de trabalho, e imprescindivelmente, orçamento suficiente para garantir a sustentação do PNRA e do seu público alvo.

São Luís, 11 de abril de 2024

**Comissão de servidores do Incra**